

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: Limites e desafios

Juliana de Souza Natividade<sup>1</sup>  
Simone Alves de Medeiros<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar as implicações e dificuldades para a elaboração do Projeto Político Pedagógico como facilitador da gestão democrática nas escolas. Analisamos a construção do PPP como um instrumento possível e de grande crescimento para as unidades de ensino, favorecendo a qualidade do ensino e o trabalho participativo. Foi realizado junto ao Programa de Iniciação Científica 2012/2013 vinculado ao UGB/FERP, pesquisa teórica empírica com aplicação de questionário semi-estruturado, o objeto/sujeito e pesquisa foram 24 escolas públicas da Região Médio Paraíba. A pesquisa documental serviu como fonte para coletas de dados tendo como base o documento PPP. Após análise dos dados coletados, foi constatado que das 24 escolas pesquisadas, 6 possuem o PPP, sendo 2 com características emancipatórias (VEIGA, 2003) contribuindo para uma gestão democrática. Em 4 documentos encontramos características regulatórias, cumprindo apenas para uma exigência legal. O restante das escolas ainda não possuem o seu PPP, mostrando a urgência de parcerias com instituições para a construção e implementação deste documento tão imprescindível no cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico, gestão democrática, educação de qualidade, identidade, autonomia.

### ABSTRACT

The purpose of the present study is to present the implications and difficulties for the elaboration of the Political-Pedagogical Project as a facilitator of democratic management in schools. We analyzed the construction of PPP as a possible instrument of great growth for the teaching units, favoring the quality of teaching and the work involved. It was carried out at the Scientific Initiation Program 2012/2013 linked to UGB/FERP, research empirical theoretical with application of semi-structured questionnaire, the object/subject and research were 24 public schools in the Region Mid-Paraiba. The documentary research has served as the source for data collection based on the document PPP. After analysis of the data collected, it was found that of the 24 schools surveyed, 6 have PPP, being 2 with liberating characteristics (VEIGA, 2003) contributing to a democratic management. 4 Documents found regulatory characteristics, fulfilling only to a legal requirement. The rest of the schools do not yet have your PPP, showing the urgency of partnerships with institutions for the construction and implementation of this document as indispensable in everyday school life.

**Keywords:** Political-Pedagogical Project, democratic management, quality education, identity and autonomy.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário Geraldo Di Biase – 2011/2013

<sup>2</sup> Professora Ms. Simone Alves de Medeiros

## **INTRODUÇÃO**

Atualmente, fala-se muito sobre gestão democrática e projeto político pedagógico na educação, porém na prática, as escolas ainda não realizam satisfatoriamente uma discussão sobre estas temáticas e tão pouco separam tempo para elaboração e implementação do seu PPP. Esse trabalho é fruto da pesquisa do PIC 2012/2013 vinculado ao UGB, onde tivemos o privilégio de fazer parte de grupo de alunos pesquisadores sob a orientação da Professora Ms. Simone Medeiros e começamos o projeto do PIC com o objetivo de conhecer as escolas que possuíam o PPP, sua realidade e analisar os PPP's destas unidades escolares. A partir do momento em que terminamos a pesquisa com os referenciais teóricos, partimos para a pesquisa de campo onde encontramos uma realidade bastante diferente da que imaginávamos, percebendo a necessidade de colaborar de alguma forma com as escolas que apresentaram dificuldades na elaboração do seu PPP. O projeto demonstrou que havia necessidade de continuidade da pesquisa no ano seguinte, ou seja, 2013, pois o volume de pesquisa cresceu mostrando a urgência das escolas no que se refere a questão do PPP.

O objetivo desse estudo é analisar o motivo pelo qual as escolas e seus gestores juntamente com sua equipe pedagógica têm grandes dificuldades em construir e implementar o projeto político pedagógico, identificando seus principais limites e desafios.

A partir do PIC – Programa de Iniciação Científica – 2012/2013, como aluna pesquisadora do projeto: PPP e a práxis educacional – perspectivas atuais da Professora Ms. Simone A. de Medeiros no período de março de 2012 a dezembro de 2013, tendo como objeto/sujeito de estudo 24 escolas municipais/estaduais da Região Médio Paraíba.

Foi realizada uma pesquisa teórico empírica com abordagem qualitativa/quantitativa, utilizado também a pesquisa ação e a pesquisa documental, pois analisamos os PPP's e documentos pertinentes das escolas que apresentaram. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionário semi-estruturado para os gestores, professores, equipe pedagógica e funcionários. Seus resultados foram tabulados em gráficos para melhor aprofundamento das questões levantadas.

No decorrer do ano de 2012 realizamos as visitas técnicas nas escolas, coletamos e analisamos esses dados, priorizando a organização dos envelopes de cada escola com os questionários, depoimentos e o documento PPP, quando a mesma tinha este documento. Em 2013, elegemos duas das escolas pesquisadas para contribuir com a construção do PPP. Os critérios utilizados para a escolha das escolas selecionadas foram: as que não possuíam um PPP e que a equipe diretiva se mostrou interessada em construir seu PPP. As escolas eleitas foram o CIEP 295 – Profª. Glória Roussim Guedes Pinto e o Colégio Estadual Brasília. Realizamos visitas semanais nas escolas e durante o primeiro semestre realizamos a eleição do Grêmio Estudantil nas duas escolas, pois percebemos que os alunos precisavam ter vez e voz para que a escola avançasse no processo de gestão democrática. Destacamos que somente estas duas escolas possuem o Grêmio Estudantil, pois as demais 30 escolas estaduais do município de Volta Redonda não os têm. Durante o segundo semestre, separamos e analisamos os documentos das escolas para sistematizar de fato a organização dos PPP's.

A pesquisa bibliográfica com base em referencial teórico pertinente aprofundou nossos estudos de maneira significativa, estabelecendo uma relação entre teoria e prática durante toda a trajetória da pesquisa, ratificando uma formação diferenciada, pois ser aluna pesquisadora fez a diferença em minha trajetória acadêmica.

## **DESENVOLVIMENTO**

O projeto PPP e a práxis educacional - perspectivas atuais, teve início em março de 2012 onde visitamos escolas municipais e estaduais da região do Médio Paraíba, mais especificamente nas cidades de Volta Redonda, Rio Claro, Pinheiral, Barra Mansa, Piraí e Porto Real. Foi um total de 24 escolas pesquisadas. Em todas as escolas coletamos dados através de questionário semi-estruturado destinados aos gestores, funcionários, professores e equipe pedagógica e documentos pertinentes ao PPP e as escolas que possuíam o PPP nos disponibilizaram para análise de dados. Após a coleta dos documentos, o grupo de pesquisa se reunia para tabular os dados da pesquisa, o que nos revelou a realidade das escolas pesquisadas.

Ao findar o ano de 2012, percebemos que as escolas precisariam de um apoio para a implementação do PPP. Porém, devido as dificuldades de tempo do grupo, seria inviável realizar esse trabalho em todas as escolas que necessitavam.

O projeto foi novamente inscrito para o PIC de 2013 com a vertente de eleger e apoiar na elaboração e implementação do PPP de duas escolas do município de Volta Redonda. Após a aprovação da 2ª versão do projeto reunimo-nos para definir os critérios para a escolha das escolas a serem ajudadas, organizar as visitas técnicas e com que frequência elas aconteceriam.

As escolas foram escolhidas através de conversas com os gestores das escolas pesquisadas, e as que se mostraram mais interesse/entusiasmo em receber a equipe de pesquisa durante o ano de 2013 e que não possuíam o PPP seria contempladas pelo projeto. As escolas que mais se interessaram pelo projeto de construir e implementar seus PPP's foram os Colégio Estadual Brasília e o CIEP 295 Professora Glória Roussim Guedes Pinto, ambas estaduais e situadas em Volta Redonda. Decidimos que as visitas deveriam ocorrer semanalmente devido ao volume de atividades a serem realizadas e documentos a serem analisados.

Partimos para o campo de pesquisa, e nas primeiras semanas analisamos os documentos das escolas. Esses documentos eram os registros de atividades, projetos, mapa de forças e fraquezas das escolas e como são escolas estaduais, buscamos nos apoiar nos documentos da GIDE (Gestão Integrada das Escolas) para nortear o nosso trabalho.

Ao nos depararmos com a realidade das escolas em questão verificamos que os alunos tinham a necessidade de ter voz e vez dentro da escola. Uma vez que poucos participavam do processo de decisões das escolas que estudavam. E ao pensarmos de que maneira os alunos poderiam exercer sua cidadania já nas escolas, elegemos o grêmio estudantil como a melhor forma de dar vez e voz aos alunos. Dedicamos então, o primeiro semestre de 2013 a construção e efetivação do grêmio estudantil nas duas escolas.

A construção dos grêmios foi feita de maneira sistemática, organizada e participativa que incluíam reuniões, assembléias e palestras de conscientização sobre a importância e atuação do grêmio estudantil.

Os alunos receberam orientações periódicas para a formação das chapas, período de campanhas e eleição. Todos os processos foram devidamente registrados em ata e fotografados, para que a veracidade do grêmio não fosse contestada.

No segundo semestre de 2013, focamos os esforços em organizar as documentações pertinentes aos PPP's. Com as visitas semanais, organizamos, separamos e montamos a pasta do projeto político pedagógico das escolas sempre acompanhados pela equipe pedagógica das escolas.

A pesquisa alcançou resultados que estavam além das nossas expectativas. Constatamos a necessidade de se implementar o PPP nas escolas para que as mesmas possam caminhar para uma gestão verdadeiramente democrática todas as vezes que ao visitarmos uma escola, as pessoas que faziam parte do processo nos relatava a importância do PPP, porém nos apresentavam as fraquezas pelas quais não o conseguiam realizar a implementação do PPP. Pudemos verificar que das 24 escolas pesquisadas, apenas 6 possuíam o PPP, 4 são documentos bem elaborados e aprofundados com foco em uma gestão democrática e participativa, 2 são documentos com pouco conteúdo e sem aprofundamento do real sentido do PPP como identidade da escola.

Os resultados obtidos através do questionário foram contraditórios, pois das escolas pesquisadas 6 apresentaram seus PPP's, e nas respostas aos questionários 12 dos 20 funcionários entrevistados responderam ao questionário disseram que conhecem o PPP das escolas e que participaram da construção do mesmo, porém tais escolas não apresentaram o documento. As fragilidades apontadas pelos 19 gestores e integrantes da equipe pedagógica entrevistados foram, 8 apontaram a resistência por parte da comunidade escolar como fragilidade na construção do PPP, 9 apontaram a falta de tempo. 21 dos docentes que participaram da pesquisa, 7 também apontaram a resistência e 9 apontaram a falta de tempo.

A primeira etapa do projeto realizada em 2012 foi apresentada na VII JORNIC – UGB, onde recebemos o Certificado de Menção Honrosa, dentre os melhores trabalhos. O projeto foi aprovado para ser apresentado na Semana Acadêmica do UBM, e findamos o ano com a aprovação do projeto para ser apresentado no 12º Congresso de Iniciação Científica em São Paulo (CONIC-SEMESP).

Apresentamos os resultados da segunda etapa projeto do ano se 2013 na VIII JORNIC – UGB e pelo segundo ano consecutivo o projeto foi aprovado na 13ª CONIC-SEMESP, onde apresentamos os resultados da pesquisa em Campinas, SP.

### **PPP COMO EIXO NORTEADOR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

O que é PPP?

O projeto político pedagógico (PPP) da Unidade Escolar é um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, reconstruído por aqueles que desejam efetivamente mudanças. Define a identidade, objetivos, formas de implementações e avaliações da escola.

A atitude de elaborar um PPP requer um processo de discussão da função social e política da escola, que envolve princípios de caráter administrativo, comunitário e de gestão de resultados.

Ao realizar a construção de qualquer projeto, devemos planejar a intencionalidade de nossas ações. Assim também o é nas escolas, para que se possa dar um passo a diante, mantendo o foco no possível e viável de ser realizado. O PPP de uma escola deve ser elaborado partindo do real e do necessário e não como um sonho utópico que jamais será alcançado e se for não terá utilidade prática para melhoria dessa. Deve ser flexível e permitir adequações, sua elaboração deve permitir a participação de todos os atores da escola, não podendo se desviar dos princípios pedagógicos, uma vez que o maior objetivo do PPP é melhorar a qualidade do ensino. Gadotti (1994) apud VEIGA (2011, p. 12) nos diz que,

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

O PPP é considerado um dos pilares da gestão democrática, pois quando é elaborado de forma conjunta, abre as portas da escola para que gestores, pais, alunos e todos os funcionários tenham voz e participem da construção de uma sociedade mais crítica e participativa. A partir do momento em que todos os envolvidos passam a conhecer a realidade e objetivos da escola, começam a se sentir parte integrante ajudando a melhorar a realidade. Veiga destaca a importância do trabalho democrático e coletivo na construção do PPP (VEIGA, 2011, p 13).

Dessa forma não é possível se lançar no desafio de se construir um PPP e permanecer na mesmice do dia a dia. Os gestores das escolas precisam lançar mão de todos os atores que fazem parte do processo ensino aprendizagem. O PPP não se faz apenas com os gestores e professores. O projeto político pedagógico envolve todas dentro de uma escola, gestores, professores, equipe pedagógica, alunos e pais de alunos. Todos devem estar cientes dos objetivos a serem alcançados e motivados a trabalhar para alcançá-los.

Sabemos que motivar a equipe não é tarefa fácil, e sair do comodismo rotineiro e buscar uma nova organização dentro da escola consiste em grande desafio, que muitas vezes gera uma barreira entre os agentes da escola. E para que seja possível construir o PPP, “é necessário convencer aos professores, funcionários e equipe escolar a trabalhar mais, proporcionando situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente”. (VEIGA, 2011, p 15)

Cabe ressaltar que embora a legislação regente no Brasil destaque a gestão democrática, a realidade que temos vivido dentro das escolas é bem diferente. Porém, “não tem mais a possibilidade de uma escola ser dirigida de cima para baixo” (VEIGA, 2011, p 15). As escolas devem lutar por democracia a começar por elas mesmas, pois não cabe mais nos dias atuais o poder ficar centralizado na mão do diretor. Para alcançar a qualidade e excelência do ensino, as escolas devem buscar a autonomia e o trabalho coletivo.



## **AS PARTES QUE COMPÕEM O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Para construirmos um bom projeto precisamos de um bom planejamento, e no projeto político pedagógico não é diferente. O PPP deve estar pautado na intencionalidade, no que tenho e onde quero chegar, que escola temos e que escola pretendemos construir, qual o tipo de cidadão que temos e que tipo de cidadão queremos deixar para a sociedade.

Perguntas como essas direcionarão o PPP em suas partes/dimensões, afinal partimos da opinião que não existe neutralidade na educação, por isso é chamado de projeto político pedagógico. A equipe pedagógica da instituição em seus planejamentos e intenções deve ter esses questionamentos muito claros para que a realidade de cada escola seja encarada e transformada.

O projeto político pedagógico é dividido em três dimensões, a dimensão pedagógica que aborda a visão, valores e missão da escola, os subprojetos, o currículo, a avaliação do processo ensino aprendizagem, suporte ao corpo docente, entre outros, a dimensão comunitária que aborda a participação de toda a comunidade escolar no processo educativo da escola e a dimensão administrativa que aborda as questões relacionadas a parte financeira, dos funcionários, dos horários, enfim a parte mais burocrática da escola. Com cada uma dessas dimensões bem definidas e bem trabalhadas o PPP torna-se abrangente a todos os setores da escola, considerando sempre que o foco principal da Unidade Escolar é o desenvolvimento pleno do aluno. E para facilitar a construção das dimensões do PPP, elucidaremos as partes que as compõem, ressaltando que tais partes não são engessadas, isto é, não há uma obrigatoriedade em ser da forma A ou B. O projeto político pedagógico da escola é único e deve atender as especificidades da escola, portando as partes que abordaremos no presente estudo é apenas um modelo básico que poderá ser adaptados a cada realidade escolar de acordo com suas necessidades.

O projeto político pedagógico é dividido basicamente em três partes principais, dentre elas estão o marco referencial que se subdivide em marco situacional, doutrinal e pedagógico, o diagnóstico e a programação. Esses pontos são de grande importância para a elaboração do PPP, podendo haver mais desdobramentos dependendo da realidade de cada escola.



O marco referencial é o que a escola tem por ideal. O que a escola espera da sociedade e o que espera deixar para a sociedade, é a visão de mundo e os valores da escola. Os sonhos e utopias, as projeções para um futuro mais digno. O marco referencial em suas divisões contempla o marco situacional que define o contexto onde a escola está inserida, a nível global, sua relação ampla com a sociedade e sua posição diante do bairro, cidade, estado, país e do contexto mundial atual. É o olhar ampliado de fora para dentro, a visão dos problemas do mundo para os problemas da escola, repassando por todas as esferas da sociedade.

Neste ponto procuramos entender os motivos pelos quais a educação e a escola em questão enfrenta determinadas dificuldades e como se enxerga diante delas. Na elaboração do PPP é muito importante que o marco situacional esteja bem definido e quanto mais amplo for o olhar para o mundo que existe fora dos muros da escola, mais fácil será de entender que os problemas enfrentados por ela tem outras origens que podem ser culturais, sociais, políticos, enfim será mais nítido que nem todo problema nasce na escola. Uma vez que se consegue ter essa visão, as ações a serem tomadas se tornarão mais claras e eficazes podendo mudar problemas corriqueiros do dia a dia que muito atrapalha o caminhar da escola.

Como no marco situacional é onde estamos no mundo, o marco doutrinal é onde queremos chegar. No marco doutrinal sonharemos com muito mais que o ensino conteudista e bancário. A construção do marco doutrinal define os desejos da escola, seu posicionamento diante da sociedade, como transformadora ou reprodutora. Define-se neste ponto a visão, missão e valores da unidade escolar.

No marco operativo/pedagógico deve se expor o projeto dos sonhos da escola, sendo esse, um sonho possível que será realizado dia após dia, e as ações para se alcançar esse sonho. As propostas do marco operativo não podem perder o foco dos dois marcos anteriores e suas propostas e ações devem estar de acordo com os problemas e desejos apontados anteriormente.

O diagnóstico é a segunda parte na construção do projeto político pedagógico, deve ser elaborado de forma sincera com a realidade atual da escola. À medida que o diagnóstico for construído de maneira concisa, fica facilmente comparável o que realmente temos e o que

queremos como ficou definido no marco operativo. Deve-se sempre se levar em consideração que construir o diagnóstico da escola não é tão somente listar seus pontos negativos, mas analisar o que deve ser mantido e o que precisa ser mudado. O diagnóstico deve ter a participação de todos na escola, pois as necessidades podem ser levantadas por qualquer um dos setores da unidade escolar.

Após a definição de onde a escola está, de como a escola é, e o que se pretende, define-se na programação como ocorrerá tais transformações. Depois de levantadas as necessidades da escola, a programação norteia o plano de ação para que os objetivos e metas sejam alcançados. Deve-se tomar muito cuidado ao se listar as ações, pois as mesmas devem ser possíveis de serem realizadas para que o projeto político pedagógico não se torne enfadonho e distante realidade da escola. Na programação do PPP, abordaremos os objetivos (o que fazer?), políticas e estratégias (como fazer?), determinações gerais e atividades permanentes.

O projeto político pedagógico como podemos ver, é uma estratégia ampla e abrangente que perpassa por todas as instâncias sociais, políticas e econômicas, e se for construído de maneira coletiva e democrática só tem a acrescentar para a melhoria do ensino e para a transformação de uma sociedade excludente para uma sociedade mais justa e participativa.

### **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, EMANCIPATÓRIO OU REGULATÓRIO?**

O projeto político-pedagógico tem se tornado assunto rotineiro nas escolas. Todavia, essa discussão acontece na maioria das vezes de maneira errônea. Os gestores e a equipe pedagógica das escolas não tornam o PPP participativo a todos os envolvidos no processo escolar. Elaborar um projeto político-pedagógico significa buscar mudança, inovação, novidade, e será inútil pensar em mudança na educação se não estivermos focados no principal motivo de tais mudanças que é uma educação pública de qualidade.

Defendemos uma educação que prepara o cidadão pleno e crítico, afinal essa é a tríplice finalidade da educação, segundo a LDB 9394/96 que em seu Artigo 2ª diz que “(...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e

sua qualificação para o trabalho”. Preparar o educando para ser um cidadão pleno implica em formá-lo amplamente para ser capaz de desenvolver-se pessoal e socialmente em um sistema político. (VEIGA, 2003)

As mudanças ocorridas atualmente na maioria das escolas acontecem de maneira vertical, de “cima para baixo”, de forma autoritária e indiscutível, deixando os atores envolvidos no processo educacional totalmente alheio às tomadas de decisões, onde o principal objetivo não é a melhor qualidade do ensino e sim cumprir as formalidades e burocracias exigidas pela lei. Dessa forma as pessoas não se sentem parte integrada no processo, logo não participam, não se comprometem com as mudanças, dando continuidade a um sistema controlador, burocrático e centralizador onde apenas um “manda” e todos reproduzem.

Segundo VEIGA essas mudanças impostas pelo sistema tem um caráter técnico/regulatório afinal, “(...) é instituída no sistema para provocar mudança, mesmo que seja temporária e parcial. Essa mudança não produz um projeto novo, produz o mesmo sistema, modificado.” (2003, p. 270)

Reproduzir essas práticas muito conhecidas torna-se mais fácil dentro do cenário educacional que vivemos, como já foi relatado no presente trabalho. Mudar requer compromisso e responsabilidade de encarar o novo, modificar um estado, sair da mesmice e confrontar idéias novas, desafios novos. Perpetuar uma ação regulatória que dizer que temos um modelo e o que precisamos é seguir esse modelo e ao fim do processo teremos um documento pronto e acabado, apenas um cenário irreal da realidade, uma maquiagem educacional.

O maior desafio dos gestores, porém, é conseguir implementar em suas escolas um projeto político-pedagógico emancipatório, que conta com a participação verdadeira de toda a comunidade escolar.

Construir um projeto político pedagógico de maneira emancipatória requer um pensamento democrático, onde a elaboração do projeto deve ser cheio de intencionalidade, levando os indivíduos a indagar, a refletir sobre o processo democrático e em como a sua participação poderá contribuir para o crescimento da Unidade Escolar.

Um projeto político pedagógico com caráter emancipatório deixará de reproduzir um sistema educacional falido, ele dará a identidade da instituição. O PPP edificante ressaltará as singularidades e particularidades da escola indo além de conhecimentos técnicos, alcançando inclusive avanços sociais.

É sabido por todos que não é tarefa fácil construir em uma escola, um PPP dentro da perspectiva de inovação emancipatória. Necessita-se de um empenho de todos, e, envolver pessoas para um trabalho de excelência é uma tarefa árdua, motivar essas pessoas a contribuir com o crescimento da Unidade Escolar não é fácil. Porém, à medida que o trabalho vai se consolidando e os resultados aparecendo, os indivíduos começam a acreditar que uma gestão compartilhada através de um projeto pedagógico eficaz é possível. Essa mudança emancipatória não ocorre da noite para o dia, desconstruir paradigmas de um sistema montado é um processo longo e lento, mas possível e necessário.

A desconstrução de paradigmas que prejudicam o crescimento do sistema educacional se faz necessário e ideias de cunho individualista precisam ser transformados em unidade, ao invés de o gestor decidir tudo na escola, programar ações para que todos os indivíduos façam parte do processo de decisões serem tomadas na escola, para que todas as opiniões sejam consideradas. Assim, funcionários, professores, alunos e responsáveis estariam diretamente envolvidos nesse processo de crescimento educacional.

Embora saibamos que ainda hoje o que impera é a centralização do poder, precisamos buscar a descentralização dentro da escola, nem só o gestor, nem só o professor, nem só o aluno. A escola é uma unidade, não existe escola sem aluno, como também não existe escola sem professor, todos se completam, cada um com suas funções contribuindo para a dialética do crescimento global da instituição, e o projeto político pedagógico é, sem dúvida, a melhor estratégia para se alcançar tais objetivos.

## **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO IDENTIDADE DA ESCOLA**

Segundo Sousa (2011), há dois pressupostos fundamentais na construção da identidade de um indivíduo, o primeiro “é que toda identidade é relacional na medida em que sempre toma outras como referência” e “o segundo diz respeito à constituição da identidade do sujeito em suas dimensões sociais, éticas e políticas, tendo como referências a identidade da escola – o seu projeto político pedagógico.” Daí começamos a perceber a importância social da escola, em seu poder de formar cidadãos e transformar a sociedade.

A partir do momento em que a escola se preocupa em realizar a construção de seu PPP de maneira coletiva e participativa, seguindo os princípios da gestão democrática, assume-se também o desafio de promover a formação de um cidadão crítico reflexivo que será atuante na sociedade.

Apesar de atualmente encontrarmos muitas modernidades, não há como já foi dito no presente estudo, um modelo a ser rigorosamente seguido para a construção do projeto político pedagógico, porém o que é inaceitável é que o PPP seja cópia de outros (escolas ou secretarias), pois o que define a identidade de uma escola é o seu projeto político.

Por isso entende-se que ele é único, afinal cada escola tem um tipo de cultura e está inserida em tipos diferentes, meios sociais.

O processo de construção do projeto político pedagógico requer intencionalidade, tomada de decisão e um posicionamento crítico reflexivo frente às reais necessidades encontradas na escola. Esse conjunto de ações vem reforçar ainda mais a certeza de que o PPP é a identidade da escola, contribuindo para a formação do papel social da escola e dos indivíduos que a compõem.

A construção da identidade da escola deve ser muito bem pensada pela equipe diretiva e pedagógica da escola, pois depende da análise de questões profundas para que se obtenha uma identidade verdadeira, sem máscaras e a partir daí transformar a realidade mantendo os pontos positivos e melhorando os pontos negativos de maneira contínua e eficaz de forma a

contribuir para o crescimento de todos os participantes do processo educativo. Para que a identidade da escola seja verdadeira, a construção do projeto político pedagógico deve, antes de tudo, abordar as histórias locais e o meio social que essa escola está inserida. Pois quando os alunos da comunidade vão para a escola carregam consigo toda a carga histórica do meio em que vivem, portanto, se a escola perde a oportunidade de explorar a história local de sua comunidade, perde também sua verdadeira identidade.

Outro aspecto bastante importante que deve ser considerado durante a construção do projeto político pedagógico é se esse projeto é possível, não apenas para ser um documento, mas para ser verdadeiramente útil à comunidade que o cerca e à sociedade. No campo do planejamento do PPP questões como essa devem estar bem claras para que sua criação se torne apenas um documento técnico regulatório com a finalidade de se cumprir apenas uma exigência legal, como nos adverte VEIGA, 2003.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho apontou que os estudos a respeito da elaboração e implementação do PPP e da construção da gestão democrática não podem cessar no cotidiano escolar. Para o bem da qualidade do ensino as discussões acerca do PPP devem se tornar assunto diário na escola, com comprometimento.

As escolas precisam romper paradigmas para se conseguir avanços verdadeiramente significativos em seus PPP's, tornando-os efetivos e caminhando para um trabalho coletivo/participativo real e não apenas constando em um documento regulatório. Foi constatado que das 24 escolas pesquisadas, 6 possuem o PPP, sendo 2 com características emancipatórias (VEIGA, 2003) contribuindo para uma gestão democrática que caminha para uma efetiva participação de toda a comunidade escolar. Em 4 documentos encontramos características regulatórias, cumprindo apenas uma exigência legal. O restante das escolas ainda não possuem o seu PPP, mostrando a urgência de parcerias com instituições (Faculdades) para a construção e implementação deste documento tão imprescindível no cotidiano escolar.

Na maioria das escolas que visitamos durante nossa pesquisa de campo para o PIC 2012/2013 obtivemos relatos das equipes diretivas que apontaram a falta de tempo e a resistência por parte dos funcionários e professores como as principais dificuldades para se implementar o PPP. Já os professores e funcionários se queixam que dificilmente, ou quase nunca participam do processo de tomada de decisões na escola, apontam também a falta de comunicação e isolamento dos setores. Concluímos então, que a escola precisa ser enxergada por todos os seus atores como uma instituição única, com um objetivo macro a ser alcançado por todos de forma coletiva, que é a qualidade do ensino e o desenvolvimento pleno do aluno, como é descrito inclusive na legislação brasileira.

Partindo do pressuposto que o PPP é construído coletivamente, não podemos mais encontrar espaço para o jogo de empurra no cotidiano escolar, transferindo as responsabilidades do fracasso escolar pra outros. Não avançaremos no processo educacional se não mudarmos de atitude, ou seja, realizando nosso trabalho da melhor maneira possível. O momento de mudança é agora, tomando a decisão de transformar a história. Porém, romper com o comodismo de receber tudo pronto e reproduzir um sistema é uma decisão difícil e requer um alto nível de coragem e determinação diante do novo.

Para que as escolas avancem seus conhecimentos sobre PPP e gestão democrática precisam de um suporte teórico maior do que tem recebido, pois muitos se encontram perdidos e sem orientação, principalmente para construir o PPP. Quanto à gestão democrática, as discussões deverão ser ainda aprofundadas, pois sua implementação de fato deverá ser bem definida entre os indivíduos participantes do processo educacional. Afinal, sua principal característica é a participação coletiva, e para que não se confundam gestão democrática com desorganização, os momentos de tomadas de decisões, de participação coletiva, audição de opiniões, deve ficar clara entre todos dentro da escola.

Como pudemos observar em nossa pesquisa a educação de qualidade é possível quando existem pessoas comprometidas com o ato de educar. O que precisamos, porém, é nos apaixonar pela educação, pelo processo de crescimento, pela possibilidade de ir além. As escolas que alcançam seus objetivos tem em seu grupo de trabalho gestores apaixonados, professores apaixonados, pedagogos apaixonados, levando para os alunos e comunidade a



necessidade de se fazer o melhor e de se tornar melhor. Diante de um processo complexo como é a educação, sabermos que a caminhada será longa, lenta e difícil, porém não podemos desistir de lutar e buscar uma educação de qualidade para todos, pois, como dizia FREIRE, “a educação transforma pessoas e pessoas transformam a sociedade”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 fev de 2013.

FONSECA, M. (Org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. 9 ed., Campinas: Papyrus, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**, São Paulo: Cortez, 1994.

LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional**: Uma questão paradigmática, 9 ed., Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Liderança em Gestão Escolar**, 8 ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A gestão participativa na escola**, 10 ed., Petrópolis: Vozes, 2011.

NOGUEIRRA, Nilbo Ribeiro, **Projeto Político Pedagógico**: guia prático para construção participativa. São Paulo: Érica, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da educação no Brasil**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1982.

VEIGA, Ilma P. de Alencastro. **Projeto político-pedagógico**: uma construção possível. 29 ed., Campinas: Papyrus, 2011.

\_\_\_\_\_. Inovações e Projeto Político Pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno CEDES**. Campinas, SP, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.